

Do direito a educação à democratização do ensino: a experiência da educação bolivariana da Venezuela

Resumo

Neste trabalho analisamos o processo de democratização do ensino na Venezuela, a partir da implantação do Sistema Educativo Bolivariano em 2003. Perseguimos o entendimento do processo de concretização do direito à educação, assegurado no aparato formal e materializado na prática por meio de programas de grande impacto social. O estudo foi realizado por meio da revisão de literatura sobre a história da educação e as Políticas Educacionais venezuelanas, dos documentos da base legal e oficial da educação no país, bem como da coleta de dados disponíveis em bancos on-line e sites estatísticos. Considerando a vinculação entre educação, sociedade e Estado, a instituição escolar é mediadora e espaço de contradições e disputas de classe, integrando as relações sociais em mudança naquela realidade. Entendemos que os avanços substanciais na democratização do ensino em todos os níveis está estreitamente vinculado à democratização das relações estabelecidas no interior da sociedade venezuelana, ou seja, que o povo historicamente à margem dos bens sociais tenha acesso à saúde, a alimentação, a habitação, ao lazer, ao trabalho, ao poder popular, enfim, as diversas dimensões da vida, como é o caso da educação.

Palavras-chave: Educação Bolivariana; Democratização; Venezuela.

Débora Villetti Zuck
debi_vz@hotmail.com

Francis Mary Guimarães Nogueira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
guimanog@terra.com.br

Bruna da Silva Alves
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
bruna_alvesrodrigues@hotmail.com

Introdução

Este trabalho tem como objetivo central analisar o processo de democratização do ensino na Venezuela, a partir da implantação do Sistema Educativo Bolivariano. O referido sistema tem seu germe em 1999 com a criação das Escolas Bolivarianas, em caráter experimental e em paralelo ao sistema convencional durante 3 anos, sendo incorporadas em 2003 ao novo mapa estratégico da educação bolivariana¹, que na prática concretizou um sistema de educação por meio de programas de oferta educativa.

Por meio do estudo desse sistema procuramos entender, especificamente, o processo de concretização de um direito assegurado no aparato formal jurídico-político venezuelano, ou seja, a materialidade do direito à educação, efetivado na prática por meio de programas de grande impacto social que relevam incidência direta com o processo de democratização do ensino em todos os níveis naquele país.

A estratégia metodológica, para tanto, centralizou-se na pesquisa bibliográfica e documental, a partir da leitura e estudo de textos concernentes à educação venezuelana, em seus aspectos históricos e aos delineamentos da Política Educacional, bem como do levantamento e coleta de dados disponíveis em bancos on-line, tais como: o Instituto Nacional Estatístico (INE) e o Sistema Integrado de Indicadores Sociais da Venezuela (SISOV).

Assume-se como procedimento metodológico a análise sistêmica, no intuito de identificar questões mais significativas e relevantes, possibilitando uma leitura aproximada do objeto de estudo e considerações provisórias acerca dele. O processo de sistematização, sem pretender esgotar a questão, teve por nexos as relações e interconexões entre Estado, sociedade e educação.

A apreensão dessas relações e interconexões pressupõe situar a Venezuela em uma determinada latitude, em face ao objeto estudado, pois a dependência econômica e cultural marca a história das nações latino-americanas e, em decorrência desse processo, as condições concretas em que está inserida a instituição escolar nestes

¹ Em alusão ao ideário político-educacional dos “Simões caraquenhos”, Bolívar e Rodríguez, e a mensagem republicana, democrática, autógena, criativa e integracionista (SOLIS, 2005).

marcos, não permitiu a democratização do ensino em todos os níveis pelos países da região.

Os países dependentes não viveram experiências destinadas à educação escolar de massa, a exceção da experiência revolucionária cubana e nicaraguense, de caráter bastante singular, como instrumento de organização da população em geral, criando uma cultura particular sobre a importância da educação escolar.

Partícipe desses ideais, a Venezuela, desde a Carta Constitucional de 1999, tem reconhecido que a educação escolar é um direito social fundamental e, como tal, deve ser para e de todos. Essa afirmação, de base legal e expressa em documentos oficiais, permite à grande parte da sociedade, excluída dos bens educacionais, lutar pela concretização desse ideal, apesar das tensões internas do Estado venezuelano e da polarização social nos governos Chávez.

Assim, ao tratar da democratização no âmbito da educação escolar venezuelana estamos nos referindo ao processo de abertura às amplas camadas populacionais, a universalização do acesso e, a partir dela, as condições de permanência e conclusão, o que inclui, também, a participação dos sujeitos na condução da educação, no desenho e na implementação de políticas. E esse é um tema complexo, mas importante e atual, pois ainda é um desafio para muitos países. Isso porque a educação é objeto de disputa, o que implica que o acesso universal e gratuito em todos os níveis educativos seja um terreno de tensão, em vista dos interesses de classes sociais distintas.

Disputa que, a exemplo do caso venezuelano, resiste às políticas privatizadoras, reducionistas e estandardizadas na área educacional, e frente a qual a educação bolivariana emerge como alternativa, almejando o acesso universal, ao mesmo tempo em que a sociedade venezuelana se encontra imbricada num processo de democratização social, sustentada na participação e no protagonismo do seu povo, numa democracia direta e não meramente representativa.

Considerando esses aspectos, inicialmente, tratamos da educação e das consequências do neoliberalismo na Venezuela, ou seja, perseguimos o marco frente ao qual emerge o Sistema Educativo Bolivariano. Na sequência, adentramos nos diversos

programas que o compõe e expomos dados estatísticos referentes a eles. Por fim, estão dispostas algumas considerações sobre o processo de democratização do ensino na Venezuela, tendo em vista o incremento relativo em todos os níveis.

Educação e neoliberalismo na Venezuela

Ao se aproximar da educação venezuelana, perseguimos entendê-la desde a relação com a sociedade e o Estado. A Política Educacional, desde o início dos governos Chávez, se pautou em programas inclusivos e massivos, a fim de promover a igualdade de condições e de oportunidades, e de modo a conquistar condições concretas de acesso e permanência na educação escolar, em todos os níveis, às massas historicamente marginalizadas desse bem social. Inclusive, como forma de responder às demandas sociais, frente os resultados nefastos de quase duas décadas do neoliberalismo, com o desmantelamento do ensino, a deteriorização da infra-estrutura e a cobrança de matrícula que afetaram a educação da classe trabalhadora e de uma massa de trabalhadores informais.

A correlação de forças no final do século XX esteve hegemônica pelas políticas neoliberais, predominante também na educação. Essa peculiaridade não se restringiu ao caso venezuelano, uma vez que a Reforma Educativa das décadas de 1980 e 1990 afetou vários países da América Latina como parte da chamada Reforma do Estado (GAJARDO, 2000; OSZLAK, 1999). Sua origem, nos empréstimos de ajustes estruturais e setoriais de organismos internacionais, promoveu a reestruturação no caráter produtivo das nações, culminando com o receituário orientado para a América Latina e o estabelecimento de diretrizes aos países periféricos numa concepção de educação como variável de desenvolvimento. O argumento central em relação ao problema do sistema educativo na região era a forma de gestão que deveria ser reformada institucionalmente para melhorar a eficiência e eficácia do sistema, descentralizando e transferindo funções e custos, avaliando os resultados, mas sem aumento de financiamento.

Coerente com esse processo, iniciado na Venezuela em 1989, postulava-se a necessidade de reformular a Política Educacional, com vistas a adequar os conteúdos

curriculares, caracterizando-os como aberto e flexível (NÚÑEZ, 2005 apud MUÑOZ; MORALES; DÍAZ, 2007).

Conforme Casanova (2008), o país viveu um período de expansão fácil da educação entre o final de 1950 e 1970, resultante dos altos lucros da extração do petróleo, que foi revertida em Políticas Sociais, como educação pública. No entanto, com a crise da dívida externa, recessão econômica e novas políticas de desenvolvimento orientadas pelo Consenso de Washington, os anos de 1980 e 1990 serão o período da perda de impulso educativo.

No auge das reformas neoliberais houve crescimento demográfico e revelou-se a incapacidade do Estado em incorporar à escola a população em idade escolar, devido a problemas de infraestrutura e à disparidade na distribuição dos serviços educacionais públicos – marcado por segmentações organizacionais: como diferenciação na oferta, na escolaridade em todos os níveis, no desempenho e resultados educativos e desequilíbrios na distribuição territorial dos serviços, afetando principalmente a população fronteiriça, indígena e rural, que apresentam índices mais altos de pobreza – gerando, com isso, a desigualdade educativa (CASANOVA, 2008).

A agenda reformista pautava-se na gestão dos serviços, por meio de estratégias de descentralização, transferência de custos e responsabilidades administrativas, gerando múltiplas fragmentações na organização escolar venezuelana. Estava posto o controle e a minimização dos gastos públicos, deixando a cargo da sociedade a captação de outras fontes financeiras, o que levou à deterioração das escolas públicas – que passaram inclusive a cobrar matrícula – e, por outro lado, corroborou para fortalecer o novo mercado, ou seja, a rede privada de ensino, com destaque para a de caráter confessional, defensora dos interesses da elite venezuelana.

Inscritos nesse contexto, os governos de Carlos Andrés Pérez (1989-1993) e Rafael Caldera (1993-1998), com a adoção e execução de pacotes de ajustes estruturais, também formularam Políticas Educacionais com um pensamento totalmente contrário aos interesses da maioria da população. Priorizou-se a função normativa da educação em detrimento à formativa e os recursos foram insuficientes (RATJES, 2009).

Na tentativa de reverter esse processo, os governos Chávez, a partir de 1999, desenvolveram ações com o objetivo de resgatar o caráter público da educação, ampliando a cobertura educacional e incorporando os excluídos do acesso a esse bem social por meio de políticas de grande impacto social, que se propuseram como contraponto frontal a política de cunho neoliberal.

Evidências econômicas e sociais permitiram o entendimento político, de que a sociedade venezuelana está em transição, em razão da crise do regime político representativo e clientelista (ARAQUE; ROJAS, 2007; GIORDANI, 2009). Essa transição é orientada pela democracia, sustentada na participação e no protagonismo do povo, com mudanças nas formas de propriedade, o incentivo legal e de investimento à participação popular². Esses novos aspectos constitucionais, segundo Álvarez (2003), não são uma mera modernização da democracia representativa. Como evidencia Rocha (2009), o poder popular é o eixo estruturante do novo Estado, o que é significativo, visto que a maioria das Constituições latino-americanas tem como cerne a preservação do Estado liberal de direito.

Dirigida pelo Estado, o incentivo às organizações populares, rompe com determinadas bases jurídico-políticas, das leis do mercado capitalista, induzindo e financiando programas, criando ministérios e instituições para a participação popular. A instituição escolar, como mediadora e espaço profícuo de contradições, integra essas relações sociais em mudança.

O ponto de partida da mudança é a Carta Magna de 1999, esta, de acordo com Maingon (2000), representou o primeiro grande esforço por dotar o Estado de um marco estratégico que possibilitaria sua intervenção na resolução dos problemas sociais, por meio de diversas políticas.

² A Constituição incorpora novos mecanismos de participação, tais como: referendo e consultas populares e outras formas de autogestão, cogestão e cooperativa, daí os Conselhos Comunais e as Assembleias de Cidadãos, por exemplo. Também há outros poderes instituídos, independentes, pois, para além dos que vigoram no liberalismo clássico, há o Poder Cidadão, (por meio do Conselho Moral Republicano: Defensor do Povo, Fiscal Geral e Controlador Geral da República) e o Poder Eleitoral (Conselho Nacional Eleitoral). (VENEZUELA, 2000; 2010).

A concepção de Política Social da Constituição está exposta por meio dos direitos sociais que são definidos como direitos de caráter indiscutível e de aplicação imediata e universal, a saber: a saúde, a educação, a habitação, a seguridade social e o trabalho. Conforme Briceño (2000) são direitos que devem ser garantidos pelo Estado, além de outros como a seguridade alimentar, ambiental e dos povos originários.

Portanto, a educação está entre esses direitos. A educação venezuelana é um direito humano, um dever social, uma função indeclinável do Estado e um serviço público. O Estado tem a atribuição de intervir e orientá-la, a fim de garantir o direito de todos (as) os (as) venezuelanos (as).

O Sistema Educativo Bolivariano: emergência, perspectiva e alcance

Na área educacional a expressão mais contundente dessa mudança, mencionada anteriormente, foi a implementação do Sistema Educativo Bolivariano. Seu germe está em 1999, quando as Escolas Bolivarianas³ foram instituídas pela Resolução nº 179, de 15 de setembro e, posteriormente, fizeram parte do Sistema Educativo Bolivariano, implementado em 2003. Criadas para atender a população estudantil dos níveis de pré-escola, primeira e segunda etapa da educação primária, e utilizadas como centros de formação de adultos, funcionaram com caráter experimental durante um período de três anos (JÁUREGUI, 2006).

O Sistema Educativo Bolivariano foi constituído da seguinte forma: Simoncito (educação infantil de 0-6 anos), Escolas Bolivarianas (educação primária de 6-12 anos), Liceu Bolivariano (ensino médio aos jovens entre 13-18 anos; educação diversificada com duração de 5 anos, ou educação técnica, ofertada pelas Escolas Técnicas Robinsonianas de 6 anos), Universidade Bolivariana da Venezuela (ensino superior) e Missões Educativas: Robinson (alfabetização e educação primária), Ribas (educação secundária) e Sucre (ensino superior). Estas missões atendem a população que está fora da idade escolar, na modalidade de educação de jovens e adultos.

³ O termo Escolas Bolivarianas é usado para referir-se ao conjunto das escolas que ministram a educação bolivariana, ou seja, remete ao Sistema Educativo Bolivariano, como também para referir-se ao nível de ensino correspondente ao 1º - 6º ano da educação primária.

Esse sistema é entendido como conjunto de elementos sistematizados, estruturados e articulados, com objetivos e finalidades que, a rigor, são estabelecidas pelo Estado. Explicita-se a perspectiva de educação, a orientação-marco e a ordenação do processo educativo em âmbito do subsistema de educação básica⁴ e universitária⁵, níveis e modalidades de ensino estabelecidos na Lei Orgânica de Educação de 2009 (LOE/2009).

A educação bolivariana é parte do projeto de nação orientada para refundar a república, como instrumento na formação do homem venezuelano, ela “[...] se vincula al proyecto de sociedad y de país que se quiere construir, una sociedad democrática, participativa, multiétnica y pluricultural; caracterizada por la igualdad, solidaridad y la justicia social” (VENEZUELA, 2006, p. 9).

A educação bolivariana, definida como “un proceso político y socializador que se genera de las relaciones entre escuela, familia y comunidad”, é entendida como o sistema que ao mesmo tempo procura resolver, por meio das missões, a dívida social gerada pelo sistema de exclusão e cria o modelo de equilíbrio social que atende integralmente a educação do ser social desde a gestação, com um contínuo de programas-bandeira (VENEZUELA, 2007, p. 15).

A Constituição estabelece que a educação é obrigatória, e o Estado se compromete com a oferta integral, ou seja, com atenção nutricional, saúde, formação esportiva e cultural, apoio às atividades escolares e legal. Logo, a mentalidade pedagógica procurou estruturar-se de forma distinta das Políticas Educacionais de cunho neoliberal e propiciar o acesso às massas historicamente excluídas, seja pela educação escolar, com as Escolas Bolivarianas ou pelas Missões Educativas. Ambas se tornam políticas fundamentais, amplamente disseminadas pelo governo para a democratização da educação e o alcance dos objetivos educacionais e que apontam para um novo modelo de gestar e implementar políticas.

⁴ Composta pela educação infantil, educação primária e secundária (ensino médio).

⁵ Correspondente à graduação e pós-graduação. O termo “universitária” designa esse nível de ensino atualmente pelo entendimento de que não há uma educação superior e outra inferior.

Na educação escolar a matrícula foi incrementada em 24% em todas as etapas e níveis do sistema educativo. No quadro que segue são apresentados dados que revelam os percentuais de cobertura.

QUADRO 1 – COBERTURA EDUCATIVA POR NÍVEL

Nível	Ano letivo	
	1997-1998	2009-2010
Educação Inicial	43%	71%
Educação Primária	89,7%*	93%**
Educação Secundária	48%	72%
Educação Superior	21,8%*	83%***

Fonte: Portal Educativo Nacional (2011). No informe não constam dados da educação primária e superior.

* Dado do período 1998-1999 (VENEZUELA, 2008).

** Correspondente à taxa neta (SISOV, 2011a).

*** Referente à taxa bruta de matrícula (AVN, 2010).

Os dados revelam um incremento expressivo na cobertura educativa, num período de pouco mais de 10 anos, com destaque para a educação infantil, o ensino médio e, principalmente, a educação superior, um dos mais elitizados. Com relação a esta última, conforme dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Venezuela ocuparia o 5º lugar mundial e o 2º na América Latina (somente atrás de Cuba), com taxa de cerca de 2,5 vezes a média regional, que é de 34% (AVN, 2010).

É válido frisar que o financiamento da educação é um elemento importante para o alcance de condições não só de acesso, mas de permanência. O recurso público em educação como porcentagem do PIB no período em questão era de 4,87 em 1999 e em 2008 foi de 6,34 (SISOV, 2011b).

Além do incremento na cobertura educativa, em 2010, 92% de alunos em idade escolar não abandonaram os estudos e apenas 2% desertou. No quadro abaixo estão dispostos dados relacionados a esses aspectos, que expressam a permanência, ou não, no âmbito escolar.

QUADRO 2 – TAXA DE ABANDONO, REPETÊNCIA E PROSSEGUIMENTO POR NÍVEL EDUCATIVO

Taxa	Educação Primária		Educação Secundária	
	Ano letivo		Ano letivo	
	1998-1999	2007-2008	1998-1999	2007-2008
Abandono	12%	8,2	2,5	1,7
Repetência	6,8	3,5	11,2	4,9
Prosseguimento	90,7	94,8	76,8	86,9

Fonte: SISOV (2011c; 2011d; 2011e).

É possível perceber uma redução das taxas de abandono e de repetência na educação primária e na secundária. Os dados também expressam um percentual crescente de prosseguimento educativo, ou seja, uma taxa maior de continuidade do ensino. E estes elementos, por sua vez, incidem na conclusão do ensino.

Dentre as medidas adotadas que favoreceram a redução das taxas de abandono e repetência e obtenção de taxas mais elevadas de prosseguimento educativo estão o aumento dos recursos financeiros e bolsas de estudo, a eliminação da cobrança da taxa de matrícula, o uso do texto único – as Cartilhas Bolivarianas –, o programa de alimentação escolar, a construção de escola e o desenvolvimento do programa Canaima – alfabetização digital.

Além disso, e apesar da crise econômica capitalista, do final de 2008, que atingiu grande parte dos países do mundo, o investimento social, dirigido à redução da pobreza e à melhoria da qualidade de vida dos venezuelanos, representou 45,7% do orçamento nacional para o ano fiscal de 2010. Desse total, 18% destinados à educação, 8,7% à saúde, 12% ao desenvolvimento social e participação social, entre outros, como seguridade social, cultura, comunicação, ciência e tecnologia, o que permite um melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e distribuição da riqueza (SISOV, 2011f).

Com relação a isso, a incorporação da população nas Missões Sociais⁶ é uma das formas de responder aos diversos problemas sociais, pois

⁶ Atualmente são 39 Missões que atingem problemáticas diversas, tais como: alimentação, habitação, saúde, assistência social, conservação rural, segurança agro-alimentar, fortalecimento do poder popular, desenvolvimento científico e tecnológico endógeno, pobreza, defesa da soberania nacional, música, diversificação da economia, uso racional da energia, redistribuição populacional sobre o espaço, entre

[...] cada una de las cuales representa una acción social e política puntual, que se lleva a cabo fuera de la estructura burocrática tradicional del Estado burgués, a la cual se asigna una concentración sustantiva de recursos humanos y medios materiales para resolver problemas concretos en un tiempo y un espacio determinado. (OBEDIENTE, 2008, p. 119).

As Missões Sociais emergem como resultado do desfecho dos episódios entre 2002 e 2003, o golpe de Estado e a greve dos empresários, quando controlada a situação, e as Políticas Sociais implementadas por meio das missões são financiadas com recursos diretos da estatal petrolífera Petróleos da Venezuela S. A. (PDVSA), e não estão vinculadas a ministérios.

Dentre elas, as Missões Educativas, que também integram o Sistema Educativo Bolivariano, tem o caráter de estratégias ou programas destinados a erradicar a exclusão, embasadas no artigo 103 da Constituição: “El Estado creará y sostendrá instituciones y servicios suficientemente dotados para asegurar el acceso, permanencia y culminación en el sistema educativo [...]” (VENEZUELA, 2000, p. 94). E estabelece um financiamento prioritário, mínimo e progressivo, além de bolsas de estudo, ajudas compensatórias e orientação oportuna (VENEZUELA, 2007).

A LOE/2009 as reconhece como meio para garantir a universalização da educação: “El desarrollo institucional y óptimo funcionamiento de las misiones educativas para el acceso, la permanencia, prosecución y culminación de estudios de todas las personas, con el objeto de garantizar la universalización del derecho a la educación” (VENEZUELA, 2009, p. 17).

Com relação a elas, a Missão Robinson I foi lançada em 2003 pelo Plano Nacional de Alfabetização. Contou com assessoria de 70 pedagogos cubanos e a participação de mais de 100 mil voluntários, conhecidos como alfabetizadores comunitários, facilitadores. Teve como propósito erradicar 1,5 milhões de analfabetos, objetivo alcançado em um ano e meio e, em 2005, a Venezuela foi declarada “território livre de analfabetismo” pela UNESCO, pois naquele momento apresentava uma porcentagem inferior a 4% de

outros (VENEZUELA, 2010a).

analfabetos. Passados quase 10 anos do início de seus trabalhos, em 2012, eram 1.756.250 os beneficiários dessa missão (INE, 2012).

Em 2003, ainda, foi iniciada a Missão Robinson II que objetivou garantir a continuidade do ensino básico ao sexto ano dos que foram alfabetizados pela missão anterior ou dos que estão excluídos da educação primária. No ano de 2006, havia 1,5 milhão de pessoas matriculadas, metade desse contingente egresso da Missão Robinson I e, em 2012, 789.438 venezuelanos foram beneficiados (INE, 2012).

A Missão Robinson III surge em 2006, dando continuidade a missão anterior, a fim de difundir e estabelecer o hábito da leitura, para a atualização de temas políticos, econômicos, sociais e culturais de interesse nacional.

Com a aplicação dessas políticas também foi possível a alfabetização de indígenas em vários estados, além da inclusão da população carcerária nas diversas missões e da população com deficiência visual, por meio da elaboração da cartilha no Sistema Braille e materiais específicos às necessidades especiais.

Vale destacar, ainda, a internacionalização da Missão Robinson que é desenvolvida também na Bolívia, Equador, Nicarágua, Dominica, em São Vicente e Granada. A implementação de convênio, para consecução do programa, ocorre a partir da realização de senso para detectar a taxa de analfabetismo nos países. Conta com assessoria cubana, acompanhamento venezuelano e é desenvolvido com o método pedagógico cubano *Yo sí puedo* contextualizado na realidade de cada país, sua história, geografia e variações dialetais (indígenas, ou de língua: espanhola, inglesa) – ou com métodos mistos, além de fazer uso de vídeo e cartilhas (OROPEZA, 2010)⁷.

A Missão Ribas foi iniciada em 2003 a fim de garantir a continuidade e conclusão dos estudos na educação secundária, destinada aos alunos que aspiram ingressar na educação superior. No final de 2005 se formaram 168 mil alunos, parte desses alunos se incorporou à Missão Sucre, que em agosto de 2006 oferecia seus cursos a 500 mil venezuelanos. Em meados de 2006 a Missão Ribas contava com 700 mil participantes, em

⁷ Entrevista concedida ao autor em Caracas, 21/10/2010. Liliam Oropeza é responsável pela 1ª Brigada Internacionalista de Alfabetização Samuel Robinson.

todo o território nacional. Em 2012 eram 822.853 os beneficiários dessa missão (INE, 2012).

Por sua vez, também em 2003, foi criada a Missão Sucre como alternativa ao ensino superior do país. Abrange mais de vinte programas nacionais de formação, definidos de acordo com as necessidades locais, podendo deixar de existir quando estas forem supridas. Pelo entendimento de desenvolvimento endógeno, que prioriza as potencialidades e necessidades das comunidades, a definição da oferta dos programas depende do planejamento e das demandas locais, o que justifica a existência de uma política de municipalização da educação e a formação de aldeias universitárias. Mas isso não significa a transferência da responsabilidade de financiamento, nem mesmo a ausência de uma articulação e centralização da política.

Conforme Rojas e Alvarado (2005, p. 4), assumir as missões como parte do sistema é entendê-las como uma rede de estratégias para garantir a inclusão, a universalização dos direitos sociais e avançar na materialidade da

1. La base jurídica y constitucional del sistema de misiones según la cual la educación y el trabajo impulsan el desarrollo pleno de los ciudadanos bajo la concepción de “Desarrollo Endógeno”. 2. Las misiones para producir acciones que al mismo tiempo que garanticen los derechos sociales, permitan la inclusión, en la producción y en el empleo, y también la inclusión política, garantizando la participación y el protagonismo en los asuntos públicos.

Com a Missão Sucre e a UBV o governo direcionou a educação superior no país para a formação de profissionais vinculados as comunidades, o que explicita sua função no processo de transformação econômica, política e cultural da sociedade venezuelana. Em 2012 a Missão Sucre teve 212.352 graduados que se beneficiaram dos programas de formação (INE, 2012).

Vale mencionar, por fim, a integração interna entre as Missões. Dos facilitadores da Missão Robinson, 70,3% são universitários oriundos da Missão Sucre, pois, como

expressão do direito à educação já alcançado tem o dever de construir a educação dos demais (CALZADILLA, 2010)⁸.

Além disso, as Missões Educativas estão vinculadas as demais Missões Sociais, como a Missão Cultura que visa articular a educação ao processo de democratização e massificação da cultura venezuelana. Logo, é parte de um movimento mais amplo, que ocorre em âmbito social naquele país.

Portanto, as Missões são programas que visam à democratização da educação, são estratégias efetivas frente à realidade da população que esteve historicamente à margem de diversos bens sociais, como educação, saúde, alimentação, habitação, comunicação, entre outros. E que, via Missões tem acesso à ciência e à cultura, a nova geometria do poder que permite mecanismos distintos de participação, inclusive na formulação de políticas.

Considerando a realidade daquele país, conforme Muñoz, Morales e Díaz (2007, p. 2), “El Estado venezolano a través de sus políticas públicas manifiesta como objetivo alcanzar la justicia social basada en la inclusión social, para disfrutar los derechos, disminuyendo las inequidades y priorizando necesidades sociales”. E consideram que “Las reformas educativas que se están implementando en Venezuela se inclinan entre la universalización del conocimiento, la identidad cultural y la búsqueda de una mayor equidad social.” (MUÑOZ; MORALES; DÍAZ, 2007, p. 10).

Não podemos dizer que essas Políticas Educacionais são ações focalizadas, pois

El propósito que la nutre es el de cerrar las profundas diferencias en el manejo de los bienes educativos a través del acceso social abierto a todos los niveles de la organización escolar [...] Es el fundamento de la política, dirigida a favorecer condiciones de acceso, permanencia y promoción al conjunto de la población, lo que le otorga un alcance universalista. (CASANOVA, 2007, p. 65).

⁸ Entrevista concedida ao autor em Caracas, 21/10/2010. Marisol Calzadilla é diretora geral da Fundação Samuel Robinson, encarregada do Programa de Alfabetização e Pós-Alfabetização na Venezuela.

Por conseguinte, por meio do Sistema Educativo Bolivariano, seja na educação em âmbito escolar ou na modalidade de educação de jovens e adultos, a Venezuela tem almejado e avançado na democratização do ensino.

Considerações finais

Ao longo desse estudo analisamos o processo de democratização do ensino na Venezuela, a partir da implantação do Sistema Educativo Bolivariano, e perseguimos a materialidade do direito à educação, traduzido e efetivado na prática por meio de programas de grande impacto social, tais como as Escolas Bolivarianas e as Missões Educativas, ambas dentro da perspectiva da educação bolivariana.

No âmbito educacional esse sistema incorpora milhões de crianças, jovens e adultos. Os delineamentos da Política Educacional, diametralmente oposta a do neoliberalismo, se materializam em acesso, permanência e conclusão nos níveis e modalidades do sistema educativo, em articulação com programas e projetos não convencionais de oferta educativa, tais como as Missões Educativas, e o próprio sistema como um todo que vigeu inicialmente em paralelo ao convencional.

De acordo com os aspectos anunciados e discutidos ao longo do texto, entendemos que a Venezuela parece abrir uma janela histórica com possibilidade de efetivação de direitos negados na educação, pela expansão da matrícula pública em geral e a conclusão do ensino, com o aumento dos recursos financeiros e bolsas de estudo, a eliminação de pagamento de matrícula, entre outras medidas como o uso do texto único, o programa de alimentação escolar, a construção de escolas e o desenvolvimento do programa Canaima.

Dados quantitativos de acesso, permanência e conclusão do ensino em vários níveis, transparecem um incremento relativo em prol da democratização do ensino e relevante, se comparado a outros países da região. Na educação universitária, por exemplo, há um aumento bastante significativo, principalmente se visto comparativamente com a realidade educacional de outros países latino-americanos que estão bem abaixo, e onde ainda esse permanece muito elitizado.

Além disso, se pode verificar que a perspectiva de avanços substanciais na democratização do ensino está estreitamente vinculada à democratização das relações estabelecidas no interior da sociedade venezuelana: que o povo tenha acesso à saúde, a alimentação, a habitação, ao lazer, ao trabalho, enfim, as diversas dimensões da vida humana, portanto, não é neutra nem descompromissada.

Tratando de forma diferente os diferentes e visando atacar os problemas gerados por governos extremamente excludentes, a Venezuela parece ter encontrado um caminho para a construção de outra história educacional para o seu povo.

Referências

ÁLVAREZ, Ángel. E. La reforma del Estado antes y después de Chávez. In: ELLNER, Steve.; HELLINGER, Daniel. (Editores). **La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto**. Caracas: Consejo de Investigación de la Universidad de Oriente/Editorial Nueva Sociedad, 2003.

ARAQUE, Alí Rodríguez; ROJAS, Alberto Müller. Ideas socioeconómicas y políticas para debatir el socialismo venezolano. In: MAYA, Margarita López (ed.). **Ideas para debatir el Socialismo del Siglo XXI**. Caracas, Venezuela: Editorial ALFA, 2007.

AVN. **UNESCO**: Venezuela es el quinto país del mundo en tasa de matriculación universitaria. Caracas, 17 de septiembre de 2010. Disponível em: <<http://www.avn.info.ve/node/17962>>. Acesso em: 23/09/2010.

BRICEÑO, Mercedes Pulido de. La Constitución de 1999 e los derechos sociales. In: MAINGON, Thais (coord.). **La cuestión social en la Constitución Bolivariana de Venezuela**. Caracas, CENDES-UCV: Editorial Torino, 2000.

CALZADILLA, Marisol. Entrevista concedida ao autor. Caracas, 21/10/2010.

CASANOVA, Ramón. **Para una cartografía de las ideas de la transición venezolana: conversaciones sobre proyecto nacional, Estado y política social.** Caracas, Venezuela: Ediciones FEGS, 2007.

_____. **Desigualdad educativa, población y desarrollo.** Exploraciones para el escenario de la Venezuela de comienzos del siglo XXI. Caracas: Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), 2008.

GAJARDO, Marcela. **Reformas Educativas en América Latina.** Balance de una década. Santiago de Chile, Preal, n. 15, 2000.

GIORDANI, Jorge. A. C. **La transición venezolana al socialismo.** Caracas, Venezuela: Vadell Hermanos Editores, 2009.

INE. **Indicadores Sociales.** 2000/01 – 2011/12. 2013. Disponível em: <<http://www.ine.gov.ve/documentos/Social/Educacion/pdf/IndicadoresEducativos2000-2012.pdf>>. Acesso em: 10/12/2013.

_____. **Misiones.** 2012. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/documentos/Social/Misiones/pdf/Misiones_enero2013.pdf>. Acesso em: 10/12/2013.

JÁUREGUI, Luis Bravo. **La educación en tiempos de Chávez.** Una revisión crítica y académicamente orientada del proceso de la educación nacional a partir de 1999. Venezuela: El Nacional, 2006. p.7-84.

MAINGON, Thais. La concepción de política social en la Constitución de la república Bolivariana de Venezuela. In: _____. **La cuestión social en la Constitución Bolivariana de Venezuela.** Caracas, CENDES-UCV: Editorial Torino, 2000.

MUÑOZ, Ingrid Karina Núñez; MORALES, Eduviges; DÍAZ, Irene. El replanteamiento de las políticas educativas en Venezuela. In: **Gaceta Laboral.** V. 13, n. 3. Maracaibo, dic. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-85972007000300004&lng=es&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 24/05/2010.

OBEDIENTE, Mario Sanoja. **El humanismo socialista venezolano del siglo XXI: notas para el debate.** Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2008.

OROPEZA, Liliam. Entrevista concedida ao autor. Caracas, 21/10/2010.

OSZLAK, Oscar. De menor a mejor. El desafío de la segunda reforma del Estado. In: **Revista Nueva Sociedad.** Caracas: Fundación Friedrich Ebert, n. 160, 1999.

PORTAL EDUCATIVO NACIONAL. **Ministra del Poder Popular Para la Educación presenta logros y avances en materia educativa, ante diputados y el pueblo.** Venezuela, 11 de febrero de 2011. Disponível em: <http://www.portaleducativo.edu.ve/index.php?option=com_content&task=view&id=1311&Itemid=91>. Acesso em: 01/02/2011.

RATJES, Rubén Reinoso. **Cambio en la Escuela Currículo.** Venezuela: CIM, 2009.

ROCHA, Mirella Farias. **Participação Popular nas Políticas Socioassistenciais na América Latina:** Estudo comparativo entre Brasil e Venezuela. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis-SC, 2009.

ROJAS, Armando; ALVARADO, Carlos. **La inclusión en Venezuela, fuente fundamental de cohesión social.** 2005. Disponível em: <<http://eeas.europa.eu/lac/vienna/speeches/rojas.pdf>>. Acesso em: 15/04/2014.

SISOV. Sistema Integrado de Indicadores Sociales de Venezuela. **Cobertura del Sistema.** Tasa neta de escolaridad por nivel educativo. 2011a. Disponível em: <<http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/ED0106600000000/>>. Acesso em: 26/02/2011.

_____. **Inversión pública en educación como porcentaje del PIB.** 2011b. Disponível em: <<http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/ED0401400000000/>>. Acesso em: 26/02/2011.

_____. **Tasa de deserción por nivel educativo.** 2011c. Disponível em: <<http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/ED0201000000000/>>. Acesso em: 26/02/2011.

_____. **Tasa de repitencia por nivel educativo.** 2011d. Disponível em: <<http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/ED0201100000000/>>. Acesso em: 26/02/2011.

_____. **Tasa de prosecución por nivel educativo.** 2011e. Disponível em: <<http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/ED0201200000000/>>. Acesso em: 26/02/2011.

_____. **Inversión pública social como porcentaje de la Inversión pública total.** 2011f. Disponível em: <<http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/GA0100700000000/>>. Acesso em: 26/02/2011.

SOLIS, Luis Rubilar. La revolución bolivariana y la educación en Venezuela. Santiago, Chile: UMCE, 2005. Disponível em: <http://www.umce.cl/luruso/la_revolucion_bolivariana_educacion_venezuela.doc>. Acesso em: 28/05/2010.

VENEZUELA, República Bolivariana de. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Gaceta Oficial n. 5453E de 24 de marzo de 2000.

_____. Ministerio de Educación y Deportes. **Escuelas Bolivarianas**: Avance cualitativo del proyecto. Venezuela: Grabados Nacionales, 2006.

_____. Ministerio del Poder Popular para la Educación. **Diseño Curricular del Sistema Educativo Bolivariano**. Caracas, Venezuela: Fundación Imprenta Ministerio del Poder Popular para la Cultura, 2007.

_____. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y La Información. **No es poca cosa 10 años de logros del Gobierno Bolivariano**. Caracas, 2008.

_____. **Ley Orgánica de Educación**. In: Gaceta Oficial de la Republica Bolivariana de Venezuela. Año CXXXVI, mes XI, n° 5929 Extraordinario. Caracas, 15 de agosto de 2009.

_____. **Estructura del Estado**. 2010. Disponível em:
<http://www.gobiernoenlinea.ve/estructura_edo/estructura_edo.html>. Acesso em:
25/03/2010.

_____. **Misiones**. Disponível em: <<http://www.gobiernoenlinea.ve/home/misiones.dot>>. Acesso em: 15/04/2014.